Por. F. Marques Redondo
ABRIL de 1985

TL1363

TIMOR-LESTE NO SUESTE ASIÁTICO

INTRODUÇÃO

O problema de Timor-Leste preocupa hoje toda a humanidade, independentemente de alinhamentos políticos e ideológicos. As manobras de bastidores desenvolvidas a nível do Aparelho de Estado de cada país-nomeadamente Portugal- e das organizações internacionais procurando silenciar um problema que choca flagrantemente com os supremos interesses do capital internacional, longe ~~Essas tentativas~~ de silenciar a causa de um povo em luta pela sua autodeterminação, são reveladoras da sua complexidade e da justeza da causa do povo maubere.

Mas os povos não podem ficar indiferentes face às brutalidades cometidas pelo aparelho repressivo da Indonésia, contra um povo que luta por um direito internacionalmente reconhecido: o direito à autodeterminação.

O regime ditatorial que vigora na Indonésia desde o golpe militar que derrubou Suhkarno não permite esperar outra coisa senão o desrespeito pela liberdade dos povos e uso da força para impôr a sua autoridade, subordinada aos interesses do imperialismo. Foi esse o sentido do golpe militar, dificilmente se poderia esperar uma política que pusesse os direitos e as liberdades dos povos acima dos interesses das classes dominantes.

Estranho e preocupante são o comportamento do governo português, do governo australiano, e de governos anti-fascistas de outros países que não assumem com firmeza e com clareza que o problema exige posições de denúncia e oposição à política de anexação e repressiva da Indonésia. Pelo contrário, assistimos ao alinhamento, ora ousado ora subtil com as posições do agressor.

A colagem do governo trabalhista australiano à política da Indonésia no que se refere a Timor-Leste tem-nos empurrado quase sempre para divagações teóricas por vezes demasiado fáceis, assentes em preconceitos ideológicos que nos condicionam as capacidades intelectuais e afunilam o campo de análise em espaços que nem sempre são os mais apropriados.

As relações bilaterais entre a Austrália e a Indonésia têm constituído com frequência a hipótese de partida, julgada quantas vezes antecipadamente conclusiva, da política australiana. É uma forma enviesada e atrofiadora de encarar o problema que nos impede de penetrar nele com a devida profundidade e nos pode conduzir a conclusões menos correctas.

Sem menosprezar a importância que as relações bilaterais entre a Austrália e a Indonésia têm no alinhamento do governo australiano, consideramos que elas se enquadram num puzzle bem mais vasto e complexo que tem a ver com a estratégia económica do imperialismo a longo prazo e com as potencialidades do sueste asiático para a implementação dessa estratégia.

Um trabalho de pesquisa na busca dos porquês de toda a trama que envolve o problema de Timor-Leste deve começar por questionar a estratégia-militar dos E.U.A. na Bacia do Pacífico, as causas profundas dessa ~~estrategia~~ estratégia militar e o papel da ASEAN e em particular da Indonésia nessa estratégia.

A crescente importância da Bacia do Pacífico na economia mundial é em si um sinal revelador de profundas alterações que nas últimas duas ou três décadas se vêm processando nas relações internacionais.
As relações EUA/Japão, EUA/Coreia do Sul, o apoio dos Estados Undos às Filipinas e à Formosa, a criação da ASEAN, enquadram-se nessa política de mudança racionalmente concebida pelos estrategas dos EUA para acompanhar as mutações da economia mundial provocadas pelas enormes potencialidades da Bacia do Pacífico, em particular o Sueste Asiatico e a Oceânia.
À incalculável riqueza em recursos naturais de origem mineral e vegetal junta-se um colossal mercado potencial para a colocação dos produtos finais.
A cultura asiática que os europeus têm normalmente considerado estranguladora do processo de desenvolvimento económico, começa hoje a revelar-se com todas as suas potencialidades na implementação de tecnologias de pequena e média escala, embriões de uma nova vaga tecnológica.

2 . POTENCIALIDADES ECONÓMICAS DA ZONA ENGLOBANTE DE TIMOR-LESTE

A deslocação do eixo do mundo para o Pacífico, foi já no século passado, prevista por Marx, baseando as suas previsões nas enormes riquezas naturais daquela zona.
Também Theodore Roosevelt voltou a defender a mesma posição no princípio deste século.
Mas é sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial que a Bacia do Pacífico começa a ganhar importância do ponto de vista económico e tecnológico. O Japão, derrotado militarmente na guerra pelos EUA aparece como catalizador das potencialidades económicas assumindo a dianteira no desenvolvimento económico e tecnológico da Ásia Oriental.
Os quatro polos de desenvolvimento surgidos sobretudo durante a década de 60 - Japão, Hong-Kong, Formosa e Singapura - têm como principais impulsionadores exteriores os EUA e o Reino Unido enquanto o Japão aparece como parte simultaneamente receptora dos impulsos externos e geradora de uma dinâmica própria, mais adequada às potencialidades e às características culturais dos povos asiáticos, tirando partido das suas potencialidades internas, do facto de ser apoiado pelos EUA como testa de ferro da sua estratégia e do avanço tecnológico que tem à partida em relação aos países vizinhos.

Os países da Ásia do Pacífico e em especial o Sueste Asiático tem beneficiado nos últimos anos das mais elevadas taxas de crescimento económico, explorano de forma integrada e racional recursos naturais e humanos.

Por outro lado, a par dos quatro polos de desenvolvimento, hoje em dia ultrapassados enquanto polos pelo surgimento de zonas mais vastas com dinâmica própria, surge na Costa da Califórnia um enorme potencial económico, tecnológico e demográfico. O porto de Los Angeles aparece como porta de expansão dos EUA para o Pacífico e o seu crescimento indica que no ano 2000 poderá ultrapassar os portos de Nova Yorque e Chicago. Hoje, ocupa já o terceiro lugar, em termos de tráfego, no conjunto dos portos dos EUA e o rendimento per capita do Estado da Califórnia é dos mais elevados.

O Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia têm nos últimos anos intensificado as suas trocas comerciais com os restantes países da Bacia do Pacífico em detrimento dos velhos parceiros europeus.
Dentro da zona asiática da Bacia do Pacífico quatro países ocupam uma posição estratégica do ponto de vista económico, político e militar: Japão, China, Vietname e Indonésia.
A política de alianças e de confrontos, de cedências e de intrigas é condicionada por esta realidade procurando cada uma das superpotências influenciá-la a seu favor. É esta realidade que confere à Indonésia um papel de charneira na estratégia dos EUA na Ásia Oriental e do Sueste.

As cedências do governo australiano às pressões da Indonésia no que se refere a Timor-Leste não podem ser procuradas apenas nos interesses económicos directos de cada uma das partes. A exploração do petróleo no mar de Timor e porventura de outros recursos naturais existentes no solo timorense sendo de grande importância é insuficiente para explicar tudo o que a nível internacional se está tramando em torno do problema de Timor-Leste. Considera-se, de resto, que a exploração de recursos naturais tanto poderia levar a Austrália a apoiar a Indonésia como a seguir uma política de hostilidade e concorrência.
O papel de charneira desempenhado pela Indonésia, reforçado pela posição dominante que ocupa na ASEAN, resulta não só do facto de ser o país com a maior superfície territorial no sueste asiático (1.904.569 Km^2) e o mais populoso (160 milhões de habitantes em Dezembro de 1984) mas também pela posição geoestratégica que a sua localização geográfica e suas enormes riquezas em recursos naturais representam. Conta ainda a seu favor a hábil política diplomática que tem seguido face ao problema cambodjano e ao Vietname.
A política de não hostilidade em relação ao Vietname e a habilidade diplomática com que se tem movimentado em relação ao Cambodja, sendo ditada pela preocupação da Indonésia de travar a todo o custo a influência chinesa acaba por reforçar a sua posição no xadrez político da zona, favorecendo pela via diplomática, a estratégia dos EUA.

A criação da ASEAN em 1967, surge dois anos após o golpe militar que derrubou Suhkarno e como antecipação à derrota dos EUA no Vietname. Os EUA procuraram assim contrapôr à sua retirada do Vietname uma zona estratégica que lhes permitisse o controlo económico e militar do sueste asiático.

Do ponto de vista económico a Indonésia surge assim como alternativa à Indochina, quer pelas potencialidades que representam os seus 160 milhões de habitantes como mercado dos produtos finais dos EUA e fornecedor de mão-de-obra barata, quer como fornecedor de matérias primas, quer ainda pela sua localização estratégica.

As suas enormes potencilidades permitem-lhe o desempenho do papel de posto económico avançado dos EUA na competição nomeadamente com o Japão e num futuro próximo com a China.

Do ponto de vista militar o controlo da Indonésia pelos EUA é imprescindível ao cerco ao Vietname. É nesta estratégia de cerco que se enquadra a procura de entendimento com a China.
As enormes riquezas em recursos naturais de origem mineral e vegetal de onde sobressaem os combustíveis e os minerais metálicos mais importantes para as novas indústrias são só por si suficientemente importantes para justificar a aposta "à tout court" na zona designada por sueste asiático e na Oceânia.
Ainda recentemente foram descobertas no Vanuatu importantes reservas de ouro, cobre e manganês. O Oceano Pacífico, em especial o Pacífico Sul e a zona de junção com as águas do Oceano Índico, é extremamante rico, não só em peixe mas sobretudo em recursos minerais. Além disso, a descoberta de imensos aglomerados de nódulos polimetálicos extremamente ricos, sobretudo em manganésio e a possibilidade de a sua exploração entrar em funcionamento possivelmente ainda esta década, fazem do sueste asiático uma zona cobiçada por todas as grandes potências.
A região englobada pela Malásia, Brunei e Indonésia é extremamente rica em petróleo e, no seu conjunto, é hoje já uma das maiores, senão a maior produtora mundial. Sabe-se que também no caso de Timor-Leste existem reservas de petróleo e no mar de Timor foi descoberta uma das maiores (senão a maior) reserva mundial. É em torno da exploração desta reserva petrolífera que as negociações entre a Austrália e a Indonésia (e onde entram também os EUA e o Japão)se vão alternando conflitos e entendimentos mais ou menos velados.
(Para vergonha do Estado português, Portugal não tem sido visto nem achado nas negociações sobre a exploração dos recursos naturais de Timor-Leste)

A Malásia é extremamente rica em estanho, gás natural, recursos florestais (madeiras de elevada qualidade), borracha, cacau e oleaginosas. Na Tailândia onde as potencialidades naturais têm sido desperdiçadas devido à guerra, existem depósitos ricos de estanho, zinco e volfrâmio. O solo é bastante fértil (com excepção da zona do nordeste) e os recursos florestais e piscatórios são elevados. As Filipinas são um dos maiores produtores de açúcar e coconote e tem grandes potencialidades em energia geotérmica. A produção de cobre, café, milho têm também um peso considerável na produção mundial.
A Indonésia é um dos maiores produtores mundiais de petróleo e gás natural, tem posição de destaque na extracção de estanho(2º lugar), de café (6º lugar), de arroz (3ºlugar), de açúcar (14º lugar), de cereais (7ºlugar). Têm ainda importantes reservas de bauxite, níquel e carvão além de uma considerável riqueza florestal e piscatória.

Ligado às suas riquezas naturais e aproveitando da cobiça do capital internacional que parece ver naquela zona o futuro da economia mundial, beneficiando de tecnologias apropriadas, deseonvolvidas localmente ou importadas sobretudo do Japão e ainda dos volumosos apoios financeiros do Banco Mundial, os países da ASEAN têm em curso planos de desenvolvimento integrado sectorial e regionalmente que fazem inveja aos melhores planos ensaiados na velha (e envelhecida) Europa.

As petroquímicas surgiram em Singapura, na Indonésia e mais rcentemente na Malásia, Tailândia e Brunei visando por um lado a exploração dos recursos naturais e por outro lado o apoio ao desenvolvimento agrícola e industrial. As indústrias de fertilizantes distribuídas regionalmente aparecem nesse plano integrado como importante elo de ligação entre as explorações agrícolas locais de pequena dimensão e as petroquímicas centralizadas e de grande dimensão.

As indústrias metalúrgicas obedecem a um palno de especialização e complementaridade visando o aproveitamento dos recursos de cada país e a satisfação da procura do conjunto dos países da ASEAN. Sobressai assim na Indonésia a cirurgia de alumínio, nas Filipinas a do cobre e na Tailândia a do zinco.

As indústrias do ferro e aço têm sido implemmentadas sobretudo na Malásia e Indonésia onde estão também em fase relativamente avançada as de química fina (medicamentos e determinados artigos plásticos). As indústrias de equipamentos, adequados às empresas de pequena e média escala, são das actividades mais modernas e mais dinâmicas da zona. A especialização de Singapura na produção de apenas algumas peças de veículos, é por sua vez, um exemplo do aproveitamento racional das potencialidades de cada país e da cooperação internacional.

A metalurgia e produção de cimento, têm sido desenvolvidas em obediência sobretudo às necessidades da construção, que, juntamente com os transportes, têm tido um crescimento bastante elevado nos últimos anos. As indústrias electrónicas são, dentro das novas

indústrias, as que maior apoio estão a merecer e com elas as telecomunicações. Merecem ainda relevo as serrações de madeira, a indústria de móveis e as indústrias de têxteis com potencialidades para concorrer com vantagem no mercado internacional.

3. CARACTERÍSTICAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

Com uma densidade populacional média de 87 habitantes por Km^2 e taxas de actividade que não atingem os 35% (excepto Singapura com 40%) os países da ASEAN empregam cerca de 55% da sua população activa nas actividades agrícolas que geram em média apenas cerca de 22% do produto interno bruto e são responsáveis pela subsistência de cerca de 55% da população total. Daí resultam taxas de produtividade agrícolas e níveis de vida das populações delas dependentes bastante inferiores às respectivas médias nacionais. Esta situação particular das populações rurais, conjugada com rendimentos médios per capita bastante baixos (na maioria dos casos inferior a 1000 dólares por habitante), é responsável pela situação de miséria em que vive uma boa parte da população dos países da ASEAN.

O panorama no que se refer à saúde não é também muito favorável. À excepção de Singapura todos os países da ASEAN têm taxas de mortalidade infantil extremamente elevadas, normalmente superiores a 50°/oo (na Indonésia atinge quase 100°/oo). O número de habitantes por médico é geralmente elevado e a falta de condições sanitárias ligada a condições climatéricas pouco favoráveis faz com que as doenças infecciosas e parasitárias apareçam com frequência no topo da lista das principais causas de morte.

Problemas de ordem religiosa e cultural, ligados a sistemas políticos retrógados e repressivos, têm impedido o desenvolvimento económico e social daqueles países. As taxas de analfabetismo, embora venham a decrescer nos últimos anos, são ainda bastante elevadas. Na Indonésia, em 1980, cerca de 33% da população era analfabeta. As taxas de escolaridade no ensino secundário e superior são também baixas.

O baixo consumo per capita e em particular a magra dieta proteica é também um dos factores responsáveis pelas elevadas taxas de mortalidade e pelas baixas esperanças de vida à nascença. Todos os países da ASEAN têm um consumo proteico diário inferior a 100gr. e o consumo total médio per capita é na Indonésia inferior a 350 dólares.

Contrastando com a situação da maioria dos países da ASEAN, a Austrália e a Nova Zelândia têm níveis de capitação do produto que ultrapassam os 8000 dólares. A mortalidade infantil situa-se próximo dos 15 o/oo e a esperança de vida é de 73 anos. Não há analfabetismo, o consumo diário médio de proteínas por habitante é de 98 gr. na Austrália e de 116 na Nova Zelândia, enquanto o consumo médio é superior a 5000 dólares.

Mas a situação de subalimentação dos países da ASEAN e do sueste asiático de uma maneira geral, não é consequência de condições naturais adversas como acontece num razoável número de países da África Central e do Noroeste e mesmo alguns de outras zonas asiáticas.
Um estudo elaborado e publicado pela FAO revela que 450 milhões de seres humanos (cerca de 10% da população mundial) têm uma alimentação que se situa abaixo do mínimo de subsistência ou abaixo do nível de pobreza, vivendo 256 milhões na Ásia Oriental.
Contudo, dentro dos países da ASEAN apenas as Filipinas e a ilha de Java têm problemas graves de subsistência. Singapura tem recursos agrícolas muito inferiores às necessidades alimentares da sua população, mas o seu nível de industrialização e as suas avançadas actividades comerciais e financeiras permitem-lhe financiar, sem problemas, a importação dos bens alimentares de que carece.
Globalmente, a zona é superaviatária em bens alimentares. Os países da ASEAN e a Oceânia tiveram, em conjunto, em 1980, um saldo positivo nas transacções internacionais de bens alimentares de cerca de 9.000 milhões de dólares.
As explorações agrícolas nos países da ASEAN são, em compração com a mioria dos países do Terceiro Mundo, relativamente avançadas. Segundo a FAO, a utilização de tecnologias e formas de exploração intermédias permite aos países do sueste asiático produzir bens alimentares suficientes para o triplo da sua população enquanto a utilização de tecnologias e formas de exploração avançadas elevará a produção a níveis que permitirão alimentar uma população 5 vezes superior. Isto é, o sueste asiático tem potencialidades para alimentar cerca de 1/5 da população mundial.
Estas condições, extremamente favoráveis no que se refere a recursos, chocam com o baixo nível de vida das populações locais, mas conjugam-se como factores favoráveis à penetração do capital internacional. Assim se os recursos naturais são um factor aliciante, a situação socio-económica dos povos da ASEAN e também da Papua Nova Guiné cria as condições necessárias à aceitação da "ajuda externa" e expões aqueles países à aventura do capital internacioanl.

A sobrevivência é a primeira aspiração de qualquer ser vivo, uma lei da natureza a que o ser humano não escapa. Quando as condições de vida ameaçam a sua existência, a permeabilidade à subjugação dos hipotéticos "salvadores", é tanto ou mais forte do que a revolta contra os responsáveis pela sua situção de miséria.

Existem pois, na zona asiática circunvizinha de Timor-Leste, condições sociais propícias à aceitação do jugo do imperialismo.

Nestas circunstâncias o comportamento do ser humano é influenciado por dois factores contraditórios:por um lado a necessidade de sobrevivência empurra-o para a submissão à'caridade', por outro lado, o sentido da dignidade e a necessidade de defesa dos seus costumes e dos seus valores culturais gera impulsos de rejeição e de contestação. Se a longo prazo ~~longo prazo~~ se pode aceitar a tese da vontade soberana dos povos como determinante, em última instância, dos ~~destinos~~ rumos da história, já a curto e médio prazo, a sua validade é muito relativa. E não podemos menosprezar a influência do curto e médio prazo no longo prazo.

De nada vale escamotear a realidade com optimismos injustificáveis por muito forte que seja o nosso empenho ~~de~~ em alterar o rumo dos acontecimentos. A própria vontade dos povos acabará, em boa medida, por ser influenciada por um complexo de factores históricos, culturais, sociais, económicos e políticos e não me parece que nesta conturbada curva da história em que nos encontramos se possa dizer qual deles será determinante.

A ~~hostilidade~~ habilidade com que os mensageiros da "salvação" se comportarem face aos padrões culturais e religiosos e aos costumes das populações locais acabará por ter uma influência considerável no desnerolar dos acontecimentos.

A par das condições favoráveis à aceitação da penetração do capital estrangeiro, existem condições francamente atractivas. Já referimos as ricas condições naturais, no que se refere à produção de matérias primas. Resta aqui sublinhar que os indicadores de produção subestimam muito as reais potencialidades . Referimos as capacidades no que se refere à produção de alimentos. Refira-se que também em combustíveis a ASEAN é altamente superavitária, tendo em 1980 atingido um saldo positivo de 13000milhões de dólares.

Um dos produtos em que os países da ASEAN são altamente deficitários é o trigo, mas encontram na vizinha Austrália capacidade de fornecimento mais que suficiente.

4. COMÉRCIO EXTERNO,SITUAÇÃO FINANCEIRA E CRESCIMENTO ECONÓMICO

A fraca diversificação das exportações, concentradas fundamentalmente nos combustíveis, nas matérias-primas e nos produtos alimentares expõe demasiado aqueles países às flutuações da economia mundial. Na Papua Nova Guiné os bens alimentares representaram em 1981 cerca de 47% das exportações totais, na Nova Zelândia o peso dos bens alimentares nas exportações totais foi de 51% e nas Filipinas 35%. O Fidji depende quase exclusivamente dos bens alimentares. Estes representaram nesse mesmo ano 95% das exportações totais, situação que é ainda agravada pela concentração em dois produtos, açúcar e mel, que representaram 85% do total. Na Indonésia, na Malásia, em Singapura e no Brunei, os combustíveis representaram em 1980 respectivamente 80%, 27% e 99,9% das esportações totais. Na Nova Caledónia (níquel) e no Kiribati (cobre) são os produtos minerais que

dominam as exportações.

Passada a fase altista da crise do petróleo em que os países da OPEP conseguiram influenciar a seu favor a evoluçao dos preços, a fase actual vem-se caracterizando por uma total incapacidade em impôr preços razoáveis sem dimimuição considerável do volume de produção. Pelo contrário, a retracção do mercado tem obrigado os países produtores de petróleo a baixar os preços de mercado e reduzir ainda assim os níveis de produção.
A recessão económica mundial iniciada em 1979 tem igualmente afectado drasticamente os mercados de matérias primas, provocando uma diminuição no volume das exportações e exercendo pressões deflacionistas sobre os preços. A diminuição da quantidade das exportações conjugada com a diminuição dos preços afecta drasticamente o volume de divisas dos países exportadores. A diminuição da entrada de divisas é ainda completada com o aumento da saída das mesmas resultante do pagamento das importações em dólares americanos, cuja cotação subiu nos últimos anos a um ritmo espectacular.

Como consequência, os países exportadores de matérias primas e, sobretudo os exportadores de petróleo, assistiram nos últimos anos a reduções drásticas das suas reservas internacionais. Os países da ASEAN não conseguiram ficar completamente ilesos dos feitos desta conjuntura adversa. O esforço da política cambial no sentido de contrair as importações e estimular as exportações, raras vezes tem proporcionado os resultados programados. Muitas vezes a fraca elasticidade das importações em relação aos preço, faz com que os efeitos das baixas de câmbios se reflectir sobretudo no nível dos preços internos, funcionando aquelas como impulsionadoras da inflacção e agravando situações que se desejava ver atenuadas.

Apesar disso, os países da ASEAN têm conseguido reagir à crise sem agravarem drasticamente as contas externas ou a situação no mercado de trabalho. Contrariamente ao que se vem passando na maioria dos países industrializados, na América Latina e na África, os países da ASEAN mantiveram nestes anos de crise, taxas de crsecimento positivas. Em 1982, só as Filipinas tiveram crescimento real do PIB um pouco inferior a 3%; nos restantes países, o crescimento foi superior a 4%. Lembramos que nesse mesmo ano, o crescimento médio para os países da OCDE foi de 0,5% e no Canadá e nos EUA o crescimento foi negativo.

Entre 1975 e 1979 o crsecimento anual médio de produção nos países da ASEAN foi superior a 6%, com excepção das Filipinas onde a taxa de crescimento foi de 4%.

Obedecendo a um plano integrado, os países da ASEAN, em especial a Malásia, Singapura, Brunei e Indonésia, têm conseguido, mesmo nos anos em que a crise foi mais aguda, manter ou subir ainda ligeiramente, o rendimento per capita das respectivas populações. Entretanto, vão sendo lançadas as infraestruturas (transportes, comunicações e construção) e os sectores chave para a industrialização (nomeadamente as electrónicas), neces-

sárias à diversificação regional e sectorial das suas economias e a um arranque que tudo indica irá ser de grande envergadura. Na Malásia, os sectores de construção, dos transportes e da energia cresceram em 1980 às taxas de 18%, 16% e 9%, respectivamente.

Esta situação de relativo equilíbrio e progresso deve-se fundamentalmente não só às riquezas em recursos naturais mas também à orientação das suas transacções que se vêm deslocando da Europa para os países da Bacia do Pacífico.

A orientação das transacções para mercados com melhores potencialidades do que os europeus tem permitido aos países da ASEAN manter normalmente equilibradas as suas contas externas conseguindo assim financiar razoáveis programas de desenvolvimento sem grandes problemas de endividamento externo.
A Malásia só em 1982 apresentou saldo negativo na balança comercial enquanto a Indonésia manteve sempre elevados saldos positivos. Como consequência as reservas em divisas estrangeiras têm vindo a aumentar.

O crescimento do comércio externo nos países da ASEAN e de uma maneira geral na Oceânia e na zona asiática do Pacífico, tem sido superior à média mundial e superior também ao crescimento da produção local, revelando uma clara tendência para a abertura das suas economias ao exterior e para o aumento da sua monetarização. Entre 1973 e 1980 o crescimento médio a nível mundial das transacções externas foi de 20%, enquanto nos países da ASEAN variou entre 18% e 35%. As importações mundiais cresceram nesse mesmo período à taxa média anual de 18%; na Ásia Oriental o crescimento foi de 25,5%.

Os países da ASEAN dominam as exportações de vários produtos primários cruciais ao desenvolvimento industrial. A evolução favorável do comércio externo no sueste asiático tem sido influenciada quer pela crescente abertura daqueles países ao exterior, quer pela orientação geográfica dessa abertura.

Para além da deslocação de uma boa parte das trocas externas dos EUA, do Canada, da Austrália, da Nova Zelândia e do Japão para a Bacia do Pacífico e em especial para os países da ASEAN, as trocas intraregionais nesta zona têm sido bastante intensificadas. Entre 1965 e 1967 e 1977-1979 o peso das exportações dirigidas para a zona do Pacífico no total das vendas externas da Indonésia subiu de 58,6% para 85,1%. No mesmo período o peso das importações fornecidas à Indonésia pelos países da Bacia do Pacífico subiu de 64% para 69%. Por outro lado as exportações da Indonésia representam mais de 30% do total das exportações dos países da ASEAN influenciando assim significativamente a orientação das relações económicas externas de toda a zona.

Entre 1972 e 1979 a procura dos países da Bacia do Pacífico é rseponsável por 85% do crescimento das exportações da ASEAN, cabendo aos EUA 20% do total.

Ligado à expansão do comércio externo e à crescente monetarização da economia, assistiu-se nos últimos anos ao florescimento de empresas transnacionais com sede e concentração de capitais e actividades nos países da ASEAN. Na Malásia 14 transnacionais com com actividades viradas sobretudo para a produção e distribuição de borracha, zinco, alumínio, açúcar e tabaco e ainda para a produção de meios de transporte e bens de equipamento, transacionaram em 1982 um volume de mercadorias no valor de 5.325 milhões de dólares, a uma média de 380 milhões de dólares por E.T. Esse volume de vendas equivale a 20% do PIB e 22% do total das trocas externas (exportações+importações). Em Singapura, 8 ET transacionaram nesse mesmo ano 3.044 milhões de dólares a uma média de 380,5 milhões de dólares por transnacional. As suas actividades distribuiram-se sobretudo pelas indústrias pesadas. As suas vendas equivaleram a 22% do PIB e 6% do comércio externo.

Nas Filipinas 14 ET venderam 8.365 milhões de dólares a uma média de 600 milhões de dólares por empresa, representando 21% do PIB e 63% do comércio externo. Na Indonésia 3 transnacionais venderam 24.639 milhões de dólares à média de 8.123 milhões de dólares por ET, representando 26% do PIB e 59% do comércio externo ultrapassando o total das suas exportações. Notemos ainda que 23.000 milhões de dólares foram vendidos por uma única companhia, a PERTAMINA, que se dedica à prospecção, exploração e comercialização petrolífera. Na Tailândia havia em 1982, 8 ET com vendas médias de 663,25 milhões de dólares, vendendo um total de 5.306 milhões de dólares, equivalente a 16% do PIB e a 34% do comércio externo.

5. DÍVIDA EXTERNA E FINANCIAMENTOS INTERNACIONAIS

A dívida externa pública dos países do Terceiro Mundo cresceu entre 1976 e 1982 de 155%, passando de 223.011,7 milhões de dólares para 569.525,8 milhões de dólares. Na Ásia Oriental e Bacia do Pacífico o crescimento da dívida foi no mesmo período de 163%, atingindo em 1982, 93.520,3 milhões de dólares, contra 209.035,7 milhões de dólares na América Latina. A dívida da Ásia Oriental e Pacífico representava em 1982 apenas 16,4% do total do Terceiro Mundo, enquanto a da América Latina representava 36,7% do total.

O serviço da dívida que na América Latina chegou a absorver mais de 39% das receitas das exportações, não ultrapassa os 13% em nenhum dos países da ASEAN e da Oceânia. Nas Filipinas onde a situação financeira é menos favorável, o serviço da dívida, atingiu 12,9% das exportações em1982, na Indonésia foi de 8,3% em 1981, na Malásia de 5,1%, na Tailândia de 8,4% e em Singapura de0,8% em 1982.

A dívida externa em 1982 era na Indonésia de 18.421,2 milhões de dólares, cerca de 116 dólares por habitante. Nas Filipinas de 8.836 milhões de dólares, cerca de 173 dólares por habitante. Par o conjunto dos países da ASEAN a dívida externa era em 1982 de 42.556,5 milhões de dólares e as reservas em divisas estrangeiras de 18.785

milhões de dólares.

Também as Finanças Públicas apresentam, de uma maneira geral, uma situação favorável com superavites relativamente elevados, facilitando assim o lançamento de investimentos públicos em actividades socio-culturais e em infraestruturas.

Esta situação financeira, que pode considerar-se das melhores não só no que refere aos países do Terceiro Mundo, mas mesmo quando comparada com a dos países industrializados, ligada às enormes potencialidades económicas que representam os mercados fornecedores de matérias-primas e compradores de produtos finais, os custos de produção relativamente baixos, sobretudo em indústrias de mão de obra intensiva e um certo espírito de risco e audácia ausente nos empresários europeus, faz com que os fluxos de capitais internacionais se orientem a ritmo crescente para o sueste asiático.

Os países da ASEAN, com excepção das Filipinas, estão por enquanto, ainda libertos do chamado ciclo da dívida, o que lhes permite negociar com as instituições financeiras internacionais em moldes razoáveis.

Em 1984 o IBRD aprovou 18 projectos de apoio ao desenvolvimento económico dos países da ASEAN no valor de 1.488,5 milhões de dólares, representando cerca de 12,5% do total dos financiamentos aprovados nesse mesmo ano. Couberam à Indonésia 9 projectos no valor de 1.033,5 milhões de dólares, representando 69,4% do total dos financiamentos aprovados para a ASEAN e 8,6% do total mundial.

Dos projectos de apoio ao desenvolvimento agrícola aprovados pela FAO em 1981 cerca de 50% foram para a zona do extremo Oriente e Pacífico.

Mas não só o volume dos apoios financeiros mas também, e sobretudo, a sua orientação sectorial é reveladora da dinâmica que o capital internacional e em especial o dos EUA e do Japão, procura imprimir à economia da ASEAN. Tradicionalmente, os financiamentos aprovados sob a égide do Banco Mundial eram orientados no fundamental para as actividades agrícolas e energéticas com o objectivo de assegurar o fornecimento de matérias primas e combustíveis. Ainda em 1980 estes dois sectores absorveram cerca de 65% dos financiamentos, cabendo à educação 5,8% e aos transportes e comunicações 10,7%.

Em 1983 a agricultura e a energia beneficiaram em conjunto de 41% dos financiamentos totais tendo o sector agrícola baixado 33,2% para 15,2% e o energético de 32,4% para 25,6%. Os financiamentos orientados para a educação representaram 6,4% cabendo ao sector dos transportes (só transportes, note-se!)15,9% do total.

A orientação dos financiamentos para a educação e para os transportes e comunicações, reforça-se em 1984 absorvendo o primeiro sector 17,7% e o segundo 24% do total. A agricultura beneficiou em 1984 de 15% do total dos financiamentos, enquanto a energia baixou para 17,7%.

Esta mudança na orientação dos financiamentos aprovados pelos representantes máximos do capitalismo internacional e em especial do capitalismo americano é revelador do empenho do imperialismo no desenvolvimento económico do sueste asiático e testemunho da orientação da estratégia do capitalismo na exploração dos recursos dos países do Terceiro Mundo.

No que se refere ao problema de Timor-Leste essa orientação é reveladora da sua extrema complexidade e da delicadeza que exige o seu tratamento.

Perante esta situação deve perguntar-se qual a estratégia mais adequada para apoiar o povo maubere na sua luta pela autodeterminação e contra a opressão da Indonésia.

Que caminhos, que etapes, que 'démarches' diplomáticas?

Em que medida seremos nós capazes de influenciar a evolução dos acontecimentos?

Felisberto Marques Reigadas